

GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Rogério Marcondes Noletto¹

RESUMO: A sociedade civil brasileira conseguiu, nos últimos anos, uma evolução significativa no que diz respeito à capacidade de pressionar e cobrar das autoridades públicas procedimentos adequados à gestão dos recursos públicos. Já a Administração Pública conquista, através de novas tecnologias, um aumento significativo em sua capacidade de controle sobre os gestores governamentais e agentes públicos e, com isso, cria um cenário de transparência e canais mais acessíveis de comunicação e prestação de contas à população. As políticas públicas traduzem a orientação política do governo de forma a orientar as atividades governamentais diretamente relacionadas aos interesses públicos e às necessidades sociais. Reflete a interação entre Estado e Sociedade, trata-se de ferramenta que fortalece a cidadania. Por outro lado, é reconhecidamente um instrumento utilizado pelos governos para manutenção do poder político. No contexto social, pode-se observar a existência de muitas desigualdades e, nesse meio, o adequado desenvolvimento de políticas públicas, além de essencial, torna-se mecanismo de inclusão sociopolítica e econômica.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas. Sociedade. Administração.

STATE AND PUBLIC POLICIES

ABSTRACT: In recent years, Brazilian civil society has made significant progress in terms of its ability to pressure and demand from public authorities adequate procedures with regard to the management of public resources. The Public Administration, on the other hand, conquers, through new technologies, a significant increase in its ability to control government managers and public agents, creating a scenario of transparency and more accessible channels of communication and accountability to the population. Public policies translate the government's political orientation in order to guide government activities directly related to public interests and social needs. It reflects the interaction between State and Society, it is a tool that strengthens citizenship. On the other hand, it is recognized as an instrument used by governments to maintain political power. In the social context, we can observe the existence of many inequalities and, in this environment, the adequate development of public policies, in addition to being essential, becomes a mechanism for socio-political and economic inclusion.

KEYWORDS: Public Policy. Society. Administration.

1 INTRODUÇÃO

Políticas Públicas são ações do governo que visam melhorar as condições de vida das pessoas e podem ser conduzidas em diversas áreas, como saúde, segurança, educação, cultura,

¹Mestre em Sociologia (UFMT). Pós-graduado em MBA em Gestão Executiva (Univero). Bacharel em Administração. Servidor Público Federal. Professor do Centro Universitário Cathedral – UniCathedral, nos cursos de Administração, Direito, Tecnologia em Logística e Gestão Pública. E-mail: noletto.rogeriomarcondes@gmail.com.

e também podem estar relacionadas a projetos de desenvolvimento regional como, por exemplo, construção de pontes, estradas, ferrovias etc. Estas políticas públicas normalmente são conduzidas pelo Estado haja vista o interesse em impactar socialmente e economicamente determinadas regiões, a iniciativa privada participa indiretamente como contratada ou na condição de detentora de determinadas concessões.

Santos (2010) descreve políticas públicas como:

[...] As Políticas Públicas são disposições, medidas e procedimentos que traduzem a orientação política do Estado e regulam as atividades governamentais relacionadas às tarefas de interesse público. Elas refletem a ação intencional do Estado junto à sociedade (SANTOS, 2010, p. 3).

Assim, políticas públicas são caracterizadas por ações do setor público com a finalidade de solucionar algum problema ou deficiência social, trata-se de um instrumento a serviço de governos e visam a manutenção do poder político. Relações conflituosas entre administradores e políticos costumam compor os cenários onde estas políticas são discutidas e posteriormente definidas ou executadas.

As políticas públicas que orientam as ações da administração pública são executadas para atendimento de alguma necessidade social e servem para demonstrar que o grupo político atualmente no poder está cumprindo o papel para o qual foi eleito. Os detentores do poder de decisão buscam, no tocante à elaboração de suas ações, o atendimento dos problemas de suas regiões, por exemplo: uma política pública necessária ao atendimento de algum problema social na região sul do país provavelmente não atenderia uma necessidade do norte.

Segundo Figueiredo (2009), de acordo com o aspecto econômico em escala regional, as políticas públicas tornam-se políticas públicas de desenvolvimento regional, em que buscam propiciar o desenvolvimento de ações de equidade inter-regional, considerando a região como um território com escala e massa crítica de recursos suscetíveis, concebidas e executadas a partir de um quadro estratégico de prospecção com base em um determinado território, com níveis desiguais de participação dos atores regionais e locais.

Ademais, os governos têm como premissa a obrigação de buscar soluções às necessidades da população e, para alcançá-la, contam com toda a estrutura do aparato governamental (máquinas, pessoas, orçamento etc.). Articular adequadamente esta estrutura implica ter um bom planejamento que identifique o melhor arranjo possível dos recursos disponíveis. A definição correta das melhores estratégias e consequente melhoramento na aplicação dos recursos gera eficácia e define os resultados da administração pública.

Políticas públicas devem ser construídas e efetivadas de tal forma que desenvolvam as comunidades e os cidadãos social e economicamente. Uma sociedade na qual seus participantes se encontram em condições saudáveis e com qualidade de vida está apta a se manter em constante desenvolvimento.

2 METODOLOGIA

O desenvolvimento deste artigo foi definido segundo critérios coerentes com os objetivos pretendidos e, para tanto, a metodologia utilizada foi pautada na pesquisa qualitativa e exploratória, sendo os procedimentos metodológicos baseados na pesquisa bibliográfica e dados secundários.

A pesquisa bibliográfica é a busca que o pesquisador utiliza para revisão de obras e publicações diversas, necessárias à construção do seu trabalho científico. Com este levantamento detalhado, o pesquisador terá condições de construir uma análise que servirá de apoio ao estudo pretendido.

Lakatos e Marconi (2007) definem pesquisa bibliográfica da seguinte forma:

[...] A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão (LAKATOS e MARCONI, 2007, p. 185).

Este texto foi construído de forma condensada e busca apresentar resumidamente as observações e análises dos dados pesquisados pelo autor.

3 GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL DO MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS-MT

O artigo analisa a importância da gestão de políticas públicas para o desenvolvimento socioespacial do município de Barra do Garças-MT. Para isso, discutimos as exigências impostas pelo crescimento econômico e social, considerando que a economia e o bem-estar social deveriam possuir uma relação equilibrada². Nesse sentido, a efetivação de políticas

²Contrapor a economia ao social é equivocado, fruto da ideia ultrapassada de que a elite seria capaz de promover o crescimento e “puxaria” todo o restante da sociedade, inclusive os mais pobres. Na verdade,

públicas é fundamental para o atendimento das necessidades da população residente no município, o que significa mostrar a importância da gestão de políticas públicas e do planejamento para o bom atendimento das necessidades dos municípios.

Com base nisso, analisamos se as ações tomadas pelos agentes públicos respondem às necessidades da comunidade e da cidade de Barra das Garças-MT, mostrando que, para que isso aconteça, cabe aos gestores públicos a responsabilidade pelas tomadas de decisões e a efetivação de políticas públicas cujo propósito é o atendimento das demandas e também dos interesses/necessidades de grupos econômicos e da sociedade em geral.

Os agentes públicos e a sociedade conjuntamente precisam estar atentos às deficiências da região e estabelecer um planejamento adequado de ações que resultem em definição de políticas públicas que atendam às necessidades econômico-sociais e promovam o desenvolvimento e o bem-estar da comunidade.

O estudo de Ribeiro (2016) mostra que na região de Barra do Garças as políticas públicas são conduzidas e executadas sob a orientação política dos governos de Mato Grosso e Federal, e atendem primeiramente aos interesses econômicos de empresários, em especial do agronegócio, e, posteriormente, da população da região. Vale ressaltar que para que as políticas públicas sejam realmente efetivadas, é necessário planejamento, principalmente considerando que isso implica disponibilidade dos recursos orçamentários. No entanto, as políticas públicas não se limitam só a isso, elas devem ser pensadas a partir do diálogo entre os vários segmentos sociopolíticos que constituem a região, dentre eles o Estado, os grupos empresariais e a sociedade. Isso é muito importante no sentido de se definir as demandas locais, embora muitas vezes esse diálogo nem sempre atenda às necessidades dos interessados.

Esse diálogo é fundamental uma vez que os Governos investem recursos, frutos da arrecadação de impostos, visando resultados político-econômicos que nem sempre atendem às necessidades da sociedade, situação essa que pode repercutir na execução de políticas públicas equivocadas uma vez que atendem somente interesses de grupos econômicos e não os interesses da sociedade.

Com o decorrer dos anos e avanços técnicos, a agricultura passou por mudanças significativas, com novas técnicas e utilização de máquinas modernas que modificaram as formas de produção e adaptações estruturais em relação à mão de obra que teve que se adequar

quanto mais pessoas puderem contribuir, maior será o crescimento do país. O repasse de mais recursos ao ensino e a melhoria dos indicadores educacionais gera mão-de-obra mais qualificada, que melhora a produtividade e os índices de inovação, gera crescimento econômico e melhor distribuição de renda. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/1307/crescimento-economico-x-investimentos-sociais>>. Acesso em: 30 jan. 2022.

a essas novas tecnologias. Isso mostra que o campo cada vez mais modernizado não ficou indiferente às imposições do processo econômico desencadeado pela globalização³.

Segundo Santos (1994), nas condições atuais do meio técnico-científico, os fatores de coesão entre cidade e campo se tornaram mais numerosos e fortes. A agricultura moderna baseada na ciência, tecnologia e informação demanda um consumo produtivo cuja resposta imediata deve ser encontrada na cidade próxima. Com a divisão interurbana do trabalho, as tarefas especializadas reduzem os respectivos custos unitários, aumentando a produtividade e a rentabilidade de cada agente individual e fortalecendo o conjunto de cidades.

Podemos observar que para manutenção do equilíbrio regional, há a necessidade de se garantir uma estrutura interativa e complementar entre as localidades que compõem determinado espaço produtivo, estabelecendo uma aproximação entre cidade e campo, ou seja, entre processadores e produtores, garantindo agilidade no processo de transformação dos produtos agrícolas.

Autores como Bucci (2002) tratam a política pública como um programa de ação cujo objetivo é alcançar melhoria em algum aspecto da vida social, incluindo o setor de transportes. Isso só demonstra que a gestão de políticas públicas relacionadas ao setor de transportes tem papel importante na sociedade. Além disso, o estudo do autor mostra a forma como os gestores operacionalizam suas ações na infraestrutura de transportes e que podem interferir econômica e socialmente no desenvolvimento de suas regiões.

Sob esse olhar, entendemos porque o município de Barra do Garças é considerado como um importante corredor de mercadorias para outras localidades e uma das portas de entrada ao Estado de Mato Grosso, fato que ocasiona um intenso fluxo de veículos pesados no perímetro urbano da cidade. Considerando a extensão do município, uma gestão adequada dos meios de transporte poderia diminuir consideravelmente os custos dos produtos e, ainda, contribuir para melhorar a movimentação da economia do município.

A esse respeito, Castells (1999) faz importantes reflexões sociopolíticas ao mostrar que, em longo prazo, o aumento da produtividade será a fonte de riqueza das nações, mas para que isso aconteça, a tecnologia e o gerenciamento devem ser vistos como os principais fatores na indução desse processo. Nesse sentido, o autor observa ainda a importância de controles

³O conceito de globalização é dado por diferentes maneiras conforme os mais diversos autores em Geografia, Ciências Sociais, Economia, Filosofia e História que se pautaram em seu estudo. Em uma tentativa de síntese, podemos dizer que a globalização é entendida como a integração com maior intensidade das relações socioespaciais em escala mundial, instrumentalizada pela conexão entre as diferentes partes do globo terrestre. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/globalizacao.htm>>. Acesso em: 30 jan. 2022.

eficazes relacionados à produção e à distribuição de produto, por isso, para que determinada região se mantenha competitiva, sua infraestrutura deverá ser gerenciada adequadamente.

A esse respeito, o estudo de Ribeiro (2017) traz importantes contribuições relacionadas à economia da região do Araguaia e da Região Imediata de Barra do Garças-MT, ao mostrar a expansão do agronegócio e as consequentes transformações estruturais e socioeconômicas no município e no seu entorno, que só foi possível em função da expansão e melhoria na infraestrutura de logística. No entanto, ressalta também que em decorrência do crescimento urbano desordenado e da expansão do agronegócio, há a necessidade de uma constante injeção de investimentos em infraestrutura a fim de atender as novas demandas.

Ribeiro (2017) também questiona a forma como o capital tem avançado no território da Amazônia Legal, já que este tem sido ocupado por grupos nacionais e estrangeiros, controladores da cadeia produtiva de commodities agrícolas.

Nesse processo, é evidente o descaso das autoridades para com as populações tradicionais e mais vulneráveis residentes nesse território, predominando os interesses do capital. No desenvolvimento de cidades envolvidas no processo de expansão do agronegócio, o que aparece são os interesses de grandes grupos, ou seja, destaca-se que o atendimento logístico está voltado muito mais ao atendimento dos interesses dos empresários do agronegócio. Como parceiro do capital, o Estado não dá a devida atenção aos pequenos produtores rurais, aos pequenos empresários, aos povos mais vulneráveis como assentados, indígenas, posseiros e ribeirinhos, residentes na Amazônia Legal e, conseqüentemente, na região Centro Oeste. Essa falta de apoio por parte do Estado aos grupos menos favorecidos pode resultar, segundo Ribeiro (2017), na expulsão desses moradores de suas posses pela violência por parte de grileiros, especuladores de terras, madeireiros, fazendeiros e empresários do agronegócio. Isso exemplifica como o capital é implacável e seus interesses predominam frente às necessidades da população.

Esse cenário só mostra que a riqueza gerada na região atende muito mais aos interesses dos grandes empresários, enquanto as comunidades ficam à mercê dos problemas associados ao crescimento desordenado, especialmente os causados pela expansão do agronegócio. O resultado disso é o desemprego, a falta de serviços básicos como escolas, hospitais, segurança pública deficitária, falta de moradias adequadas e suficientes à população, entre outros. Com isso, os capitalistas buscam se apossar de mais terra, vista agora como mercadoria, ou seja, a terra que antes era tratada como um bem natural a serviço da humanidade passa a ser objeto de compra e venda, portanto, acessível apenas àqueles que possuem recursos financeiros. Nesse processo, os pequenos proprietários sem condições de manterem suas propriedades ou são

expulsos ou são obrigados a vender seus lotes e migrar para as cidades, deixando de ser proprietários para se transformarem em assalariados industriais ou prestadores de serviços.

Como esse processo impacta diretamente não apenas a vida das populações, mas também a movimentação das riquezas, o Governo Federal procura melhorar a infraestrutura logística do país através de programas com investimentos específicos, a fim de atender ao maior número de comunidades e, assim, promover um desenvolvimento mais homogêneo, distribuindo recursos de forma mais planejada e eficiente. Como programas de fomento a essas políticas, podemos citar alguns atualmente, como o PAC⁴ - Programa de Aceleração do Crescimento; PNLT⁵ - Plano Nacional de Logística de Transportes; PIL⁶ - Plano de Investimento em Logística. São programas vinculados ao Governo Federal e destinados à melhoria da infraestrutura e condições de transportes em vários estados, como podemos ver a seguir.

Tabela 1: Descrição dos Programas PAC, PNLT e PIL

DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS	
PAC	Lançado em janeiro de 2007, o PAC tem como objetivos acelerar o crescimento econômico, aumentar o emprego e melhorar as condições de vida da população brasileira. O programa consiste em um conjunto de medidas destinadas a incentivar o investimento privado, aumentar o investimento público em infraestrutura e remover obstáculos – burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos – ao crescimento.
PNLT	O Plano Nacional de Logística e Transportes - PNLT representa a retomada do processo de planejamento no setor de transporte, dotando-o de estrutura permanente de gestão, com base em sistema de informações georreferenciadas, contendo os principais dados de interesse do setor, tanto na oferta quanto na demanda.
PIL	O BNDES foi o principal agente financiador do Programa de Investimento em Logística (PIL) do Governo Federal. O programa previa investimentos em ferrovias, rodovias, portos e aeroportos.

Fonte: Autor (2022)

Os governos, por meio de políticas públicas específicas, procuram estabelecer ações que levem ao desenvolvimento econômico e social de regiões, atendendo a necessidade do

⁴PAC. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Hotsites/Relatorio_Anuual_2011/Capitulos/atuaao_institucional/o_bndes_politicas_publicas/pac.html>. Acesso em: 30 jan. 2022.

⁵PNLT. Disponível em: <<https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/transporte-terrestre/conheca-o-pnlt>>. Acesso em: 30 jan. 2022.

⁶PIL. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/onde-atuamos/infraestrutura/programa-investimentos-logistica/pil%20programa%20investimentos%20logistica>>. Acesso em: 30 jan. 2022.

mercado, viabilizando o atendimento dos meios produtivos presentes e também os anseios da população estabelecida nestes locais. Estas políticas buscam integrar os territórios e expandir a economia das regiões beneficiadas.

Criado em 2007, o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável⁷. O Programa tem como objetivos proporcionar o crescimento econômico, ampliar a oferta de empregos e melhorar as condições de vida da população. Para alcançar esses objetivos, o Programa consiste em um conjunto de medidas destinadas a incentivar o investimento privado, aumentar o investimento público em infraestrutura e remover obstáculos burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos que dificultam ou atrapalham o crescimento. Os resultados do PAC são divulgados por meio da edição dos Balanços públicos do Programa por meio dos quais são consolidados dados de execução orçamentária financeira, de conclusão de obras e de detalhamento das carteiras.

Conforme dados do Governo Federal, o Plano Nacional de Logística e Transportes – PNLT, desenvolvido por meio de uma parceria entre os Ministérios do Transporte e da Defesa, objetiva padronizar instrumentos de análise que, sob a ótica da logística, possam oferecer suporte ao planejamento de intervenções públicas e privadas na infraestrutura e na organização dos transportes e, desta forma, contribuir efetivamente para o alcance dos objetivos econômicos, sociais e ecológicos do país, a médio e longo prazo, objetivando o desenvolvimento sustentável. Esse Programa tem como foco principal o desenvolvimento regional, considerando questões de territorialidade e dos impactos da infraestrutura no desenvolvimento das numerosas regiões do país, tem o intuito de concentrar os investimentos de forma mais igualitária visando diminuir desigualdades regionais.

O PNLT procura ser mais participativo, fato que implica buscar o envolvimento de instituições públicas e privadas, bem como de segmentos da sociedade relacionados de alguma forma com o setor de transportes. Em outros dizeres, o Programa representa a retomada do processo de planejamento no setor de transporte, dotando-o de estrutura permanente de gestão, com base em sistema de informações georreferenciadas, contendo os principais dados de interesse do setor, tanto na oferta quanto na demanda.

⁷Disponível em: <<https://dados.gov.br/dataset/obras-do-pac-programa-de-aceleracao-do-crescimento>>. Acesso em: 06 jun. 2022.

Ainda em atendimento a essa proposta, temos o Programa de Investimentos em Logística – PIL, instituído em 2012, cujo objetivo é estimular a matriz de transporte do país, modernizando-a de forma a torná-la mais eficiente por meio de políticas de concessão de rodovias ao setor privado. Seus investimentos são direcionados em três eixos: modicidade tributária, fomento da renovação do sistema logístico brasileiro e melhora do desempenho das redes de suprimento industrial e agropecuário.

O Programa propõe-se a dar continuidade ao processo de modernização da infraestrutura de transportes do país, sendo fundamental para a estratégia de retomada do crescimento e da economia. A retomada do crescimento depende do aumento do investimento. Para ampliar os investimentos é necessário um ambiente de estabilidade econômica, previsibilidade regulatória e participação do setor privado em coordenação com o setor público. As medidas visam aumentar a competitividade da economia, com o escoamento eficiente da produção agrícola e a redução dos custos de logística para a indústria, além de atender ao crescimento das viagens nacionais e internacionais e ampliar as exportações⁸.

De acordo com dados da SINFRA - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística do Governo de Mato Grosso, este Estado possui um dos maiores programas de infraestrutura rodoviária do país em andamento. Por meio de licitações destinadas à concessão de rodovias, o Estado tem estabelecido parcerias público/privadas, denominadas PPP Sociais⁹, importantes trechos rodoviários têm sido destinados, por meio de concessões, à administração de empresas privadas, e desta forma verifica-se uma melhora na malha rodoviária.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS DESTINADAS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS SOCIAIS

Nos últimos anos, a sociedade brasileira conseguiu uma tomada de consciência significativa no que diz respeito à capacidade de lutar por seus direitos perante as autoridades, além de tomar conhecimento da existência de procedimentos adequados quando se trata de gestão dos recursos públicos. Já a Administração Pública vem conquistando, através de novas tecnologias, um aumento significativo em sua capacidade de monitorar suas próprias ações e,

⁸Disponível em: <<https://www.epl.gov.br/governo-lanca-segunda-etapa-do-programa-de-investimento-em-logistica>>. Acesso em: 08 jun. 2022.

⁹Disponível em: <<http://www.sinfra.mt.gov.br/-/15392443-mato-grosso-e-estado-com-maior-programa-de-infraestrutura-rodoviaria-em-andamento>>. Acesso em: 09 jun. 2022.

com isso, criar um cenário de transparência e canais mais acessíveis à comunicação e prestação de contas à população¹⁰.

Em vista disso, para Souza (2006), a concepção de política pública compreende um campo de conhecimentos que busca, ao mesmo tempo, mostrar “governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que governos democráticos refletem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

Isso porque as políticas públicas traduzem as orientações políticas dos governos federal, estaduais e municipais de forma a estipular regras no que diz respeito às práticas das atividades governamentais diretamente relacionadas aos interesses públicos e às necessidades sociais. Isso reflete na interação entre Estado e Sociedade, isto é, trata-se de uma ferramenta que fortalece a cidadania. Por outro lado, é reconhecidamente um instrumento utilizado pelos governos para manutenção do poder político, pois o desenvolvimento de políticas públicas impactantes contribui para a permanência de grupos políticos instituídos. No contexto social, isso só reforça a existência dos diversos tipos de desigualdades, daí a intenção dessas políticas de amenizá-las, embora muitas delas sejam vistas como mecanismos de perpetuação de poder.

Nessa perspectiva, Secchi (2019) define política pública como sendo:

Uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. Vejamos esta definição em detalhe: uma política é uma orientação à atividade ou à passividade de alguém; as atividades ou passividades decorrentes desta orientação também fazem parte da política pública. Uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público; em outras palavras, a razão para estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou resolução de um problema entendido como coletivamente relevante (SECCHI, 2019, p. 2).

Com base nisso, produzir discussões envolvendo representantes da sociedade civil e empresarial a respeito das necessidades de políticas públicas é fundamental aos agentes públicos e às burocracias estatais no sentido de lhes mostrar a importância de teorias e metodologias aplicáveis à resolução de forma eficiente e adequada de problemas sociais.

¹⁰Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.html>. Acesso em: 31 jan. 2022.

Por isso, Secchi (2019) reforça a importância e a aplicação de referenciais teóricos para a construção de uma “ponte” entre cientistas produtores dos conhecimentos e o setor público, pois este último, muitas vezes, está carente de informações necessárias à resolução de demandas sociais. Nos dizeres do autor:

E se construíssemos uma ponte para ligar esses dois mundos? Pois é exatamente com esta função que surgiu a área de políticas públicas: levar o conhecimento multidisciplinar, normativo e orientado a resolução de problemas aos processos de elaboração, decisão, implementação e avaliação de políticas públicas. Fazer análise prescritiva de política pública significa construir conhecimento aplicado, voltado ao enfrentamento de problemas públicos concretos. Fazer análise prescritiva é escrever relatórios, monografias, dissertações e teses que tenham como destinatário algum tomador de decisão, provendo munição argumentativa e técnica que o auxilie a estruturar as políticas públicas que afetam a vida da sociedade (SECCHI, 2019, prefácio).

Isso só reforça a importância de se estabelecer uma relação colaborativa entre os produtores de conhecimentos, isto é, pesquisadores e os agentes responsáveis pelo planejamento, considerando os contextos de decisões acerca de ações que objetivam solucionar necessidades públicas.

Em outros dizeres, esses agentes precisam estar mais bem preparados para tomar decisões eficientes. Para esse propósito, devem estar fundamentados em preceitos científicos específicos, pois segundo Secchi (2019), políticas públicas são ações realizadas por gestores públicos para solução de pendências, necessidades ou problemas que afetam a coletividade. A esse respeito, o autor afirma:

Qualquer definição de política pública é arbitrária. Na literatura especializada não há um consenso quanto à definição do que seja uma política pública, por conta da disparidade de resposta para alguns questionamentos básicos: 1. Políticas públicas são elaboradas exclusivamente por atores estatais? Ou também por atores não estatais? 2. Políticas públicas também se referem à omissão ou à negligência? 3. Apenas diretrizes estruturantes (de nível estratégico) são políticas públicas? Ou as diretrizes mais operacionais também podem ser consideradas políticas públicas? (SECCHI, 2019, p. 2).

Considerando os pontos elencados por Secchi, é possível assegurar que o processo de formulação de políticas engloba desde as metas, os objetivos e a verificação de recursos, após isso, são definidas as estratégias de implantação dessas políticas, momento em que se transformam em ações denominadas de projetos e/ou programas. Nesse planejamento, as

autoridades responsáveis criam indicadores que possam mensurar o alcance das políticas frente aos objetivos pelos quais foram criadas.

A efetivação de políticas públicas depende de muitos fatores, entre os quais aqueles relacionados ao planejamento, às condições políticas, econômicas e sociais, além das características dos gestores responsáveis pela condução dos processos. A execução dessas políticas poderia ser alcançada mediante a formação de coalizões políticas capazes de avaliar ações que promovessem o desenvolvimento econômico e a inclusão social da população. Souza (2010) mostra que as respostas a esses desafios não são fáceis, nem claras ou consensuais, visto que dependem de muitos fatores externos e internos. No entanto, o desenho das políticas públicas e as regras que regem suas decisões, elaborações e realizações, assim como seus processos, também influenciam os resultados dos conflitos inerentes às decisões sobre política pública. Observamos que em relação às políticas públicas, mesmo sendo estas definidas com a participação de representantes da sociedade, o Estado acaba sendo o principal protagonista.

Isso mostra que a abordagem estatista considera as políticas públicas como aquelas associadas ao monopólio de determinadas ações por parte dos agentes estatais, em que se ressalta a superioridade objetiva do Estado em criar e fazer cumprir as leis. Além disso, existe uma segunda razão para que o Estado seja protagonista e está relacionada ao seu poder normativo, uma vez que este se considera hierarquicamente apto como corregedor de possíveis desvios de condutas de agentes relacionados ao mercado ou que pessoas envolvidas não teriam condições de corrigir. No caso específico do Estado brasileiro, predomina historicamente uma vinculação entre as políticas públicas e a ação intervencionista estatal, ligada ao pensamento político nacional e dependente do poder das classes dominantes.

A abordagem multicêntrica compreende que as políticas públicas podem possuir o protagonismo de organizações privadas, não sendo uma ação exclusiva do Estado, sendo assim, entende-se que o Estado pode agir em parceria com a iniciativa privada para solução de problemas públicos.

Mesmo considerando que políticas públicas são mecanismos de resolução de problemas, isso não quer dizer necessariamente que sua elaboração seja realizada apenas por atores estatais. Esse fato só ressalta que geralmente o protagonismo fica por conta dos agentes públicos. No entanto, é preciso ressaltar que a elaboração dessas diretrizes pode contar também com a participação da sociedade civil com contribuições nos níveis estratégico e operacional, cujas questões para essa indicação estão condicionadas à necessidade que originou a ação da política.

Outra particularidade relacionada às políticas públicas é a possibilidade de escolha dos governos em fazer ou não determinada ação. Quando os gestores optam por não empreenderem políticas públicas, principalmente aquelas consideradas necessárias por parte da sociedade, estes podem ser considerados omissos ou negligentes. Nesse caso, Secchi (2019) mostra que:

Realmente, a inação de um governante perante um problema público crônico, como a seca no agreste nordestino, gera um questionamento sobre seus interesses na manutenção do *status quo*. Em nossa concepção, no entanto, o que temos nesse caso é uma falta de política pública voltada para a solução do problema da seca do Nordeste ou a vontade do governante de manter uma política pública que já existe, mesmo que falida (SECCHI, 2019, p. 7).

Isso só deixa claro como as decisões dos governantes podem afetar ações relacionadas às políticas públicas. Alguns governos podem alterar, por meio de sua condução política ou de sua gestão, políticas que se destinam ao atendimento de seus próprios interesses, já que concebem isso por se verem como passageiros na gestão pública. Em alguns casos, governantes não conseguem efetivar suas políticas públicas conforme planejaram, ou por não terem tempo hábil, ou quando em início de sua gestão preferem interromper as ações do governo anterior, pois a continuidade destas atividades implicaria manutenção de ideias e projetos de indivíduos vistos como adversários. Com essa forma de agir, quem perde é a sociedade que depende do governo e das políticas sociais para ter um mínimo de estrutura exigida para a resolução de suas necessidades.

Políticas públicas são desenvolvidas em níveis de organizações de tamanhos e estrutura diversos e podem ser em ambientes municipais, estaduais, federais, corporativos etc., e em algumas situações, os projetos ou programas aos quais as políticas estão vinculadas poderão depender do apoio e da interação de entes em níveis diferentes.

De acordo com Secchi (2019), existem posicionamentos teóricos que interpretam as políticas públicas somente como macro diretrizes estratégicas, ou conjuntos de programas. Sobre isso, Secchi afirma que a

“Política pública” é estruturante, e os programas, planos e projetos são apenas seus elementos operativos, não podendo ser considerados políticas públicas individualmente. Em nosso entendimento, o nível de operacionalização da diretriz não é um bom critério para o reconhecimento de uma política pública. Se fosse adotada essa delimitação, excluiriam da análise as políticas municipais, regionais, estaduais e aquelas intraorganizacionais que também se configuram como respostas a problemas públicos (SECCHI, 2019, p. 9).

Com base nisso, podemos afirmar que as políticas públicas são concebidas em estruturas interdependentes e, portanto, suas construções e desenvolvimentos estão condicionados às interações entre diversos atores e cenários.

Nesse sentido, o autor esclarece que uma política pública pode ser composta por outras políticas públicas que a operacionalizam, e nos traz como exemplo de desenvolvimento um que foi para mostrar o que seja uma política pública. Secchi demonstra que o Programa de Combate ao Fumo, executado na década de 1980, teve uma queda substancial, visto que os fumantes nesse período representavam cerca de vinte e cinco por cento (25%) da população e, atualmente, caminha para dez por cento (10%). Estrategicamente, o Programa não teria tido sucesso se não levasse em consideração as categorias estratégia, tática e operacional.

Em nível estratégico, temos como exemplo políticas públicas que viabilizaram mudanças nas propagandas relacionadas à venda e ao consumo de fumo. Foram políticas que vetaram patrocínios de indústrias em setores como cultura e esportes, proibiram o tabagismo em locais fechados, obrigaram a indústria de cigarros a divulgar em suas embalagens imagens que demonstram os malefícios do consumo de tabaco. No nível operacional, as políticas públicas interferiram em alíquotas de ICMS para diferentes estados, modalidades de fiscalização relacionadas ao produto, isto posto, podemos observar que o sucesso deste Programa envolveu o entrelaçamento de Políticas públicas nos níveis estratégico, tático e operacional, e com diversos instrumentos e atores governamentais.

Com base nisso, podemos afirmar que as políticas públicas podem ser desenvolvidas nos três níveis, dependendo da origem e finalidade pelas quais foram criadas e aplicadas.

Em termos gerais, as políticas públicas e a social, em particular, são campos multidisciplinares, mas cada qual adota um foco diferente, o que será discutido adiante. Por isso, uma teoria geral destas implica a busca por sintetizar teorias construídas no campo da Sociologia, da Ciência Política e da Economia. Elas repercutem na economia e na sociedade, daí porque qualquer teoria a respeito de política pública precisa também explicar as relações entre Estado, política, economia e sociedade (SOUZA, 2006). Elas simbolizam as decisões políticas e, ao mesmo tempo, materializam os processos de construção destas ações na solução de problemas ou necessidades públicas.

A esse respeito, é importante ressaltar a existência de discussões referentes à administração pública, em especial, à questão da transparência, com a utilização do termo

*accountability*¹¹, que significa controle/fiscalização. Tal termo, de acordo com esses teóricos, está diretamente associado ao aumento da disponibilidade de informações, que uma vez monitoradas, se tornam de suma relevância no combate à corrupção e no aprimoramento em tomadas de decisões, sendo, portanto, responsáveis pela diminuição de desperdícios e desvios públicos, podendo resultar em melhorias nas ações estatais. Tanto a transparência quanto as informações são importantes mecanismos de aprimoramento e suporte à gestão de políticas públicas, assim como também podem ser consideradas armas de combate à corrupção.

A esse respeito, Souza (2006), ao tratar do processo que antecede a tomada de decisões em relação às políticas públicas, ressalta que tais decisões dependem de vários fatores, tais como políticas restritivas de gastos, mudança na visão dos governantes, dificuldades em formar coalizões políticas capazes de desenhar ações aptas a impulsionar o desenvolvimento econômico e, também, de promover a inclusão social de grande parte da população.

A disponibilidade de recursos interfere significativamente nas decisões, por isso, questões orçamentárias precisam ser levadas em consideração para que haja o equilíbrio entre receita, despesa e cumprimento do ajuste fiscal. Essas condições, ao mesmo tempo em que limitam as ações dos gestores, são importantes para o processo de transparência e equilíbrio das contas públicas.

O aumento da transparência nas ações estatais, nos meios de controle social, impacta positivamente na responsabilização de gestores públicos, por isso são vistas como importantes mecanismos a serem analisados cuidadosamente, considerando os aspectos sociais e da formação histórica e cultural da sociedade brasileira. A capacidade de processamento de informações é ponto primordial para o uso adequado e com qualidade destas, portanto, o desinteresse por parte dos cidadãos pelos assuntos públicos pode impactar negativamente no alcance de resultados mais eficientes.

O Brasil possui importantes instituições públicas e privadas que disponibilizam dados e informações de qualidade, que dão suporte às decisões de gestores. Podemos citar o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a Fundação Getúlio Vargas – FGV e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, como exemplos de instituições fornecedoras de dados. Para formulação de políticas públicas é importante o aporte de informações e conhecimentos de modo que essas instituições são vistas como referências para realização de

¹¹Accountability – Diversos pesquisadores brasileiros vêm trabalhando, dentro da área das políticas públicas, com um termo em língua inglesa pouco conhecido, chamado *accountability*. Assim, segundo Spinoza (2012), o termo *accountability* pode ser traduzido como controle, fiscalização, responsabilização, ou ainda prestação de contas. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/accountability-o-que-significa/>>. Acesso em: 21 nov. 2021.

consultas. Políticas públicas são decisões, providências e processos que representam o rumo político que os Estados devem adotar. Como tal, elas fixam os compromissos governamentais relacionados às tarefas de relevância pública e representam a ação intencional do Estado junto à coletividade.

O estudo de Teixeira (2020) mostra que as políticas públicas são importantes no sentido de orientar ações da administração pública, desde que venham acompanhadas da utilização de métodos e normas para estabelecer a sinergia entre administração pública e sociedade e entre Estado e atores sociais. A partir da sua elaboração e efetivação, as políticas públicas demonstram a execução do poder político, que envolve a distribuição e redistribuição de poder, os processos de decisão e seus conflitos, além da repartição de custos e recursos para oferta de bens e serviços públicos.

Para Figueiredo (2009), em se tratando do aspecto econômico em escala regional, as políticas públicas tornam-se Políticas Públicas de Desenvolvimento Regional e objetivam propiciar o desenvolvimento de ações voltadas à equidade inter-regional. Para isso, consideram a região como um território com escala e massa crítica de recursos suscetíveis, concebidas e realizadas a partir de um quadro estratégico de prospecção com base em um determinado território, com níveis desiguais de participação dos atores regionais e locais.

Para o autor, as políticas públicas são caracterizadas por ações desencadeadas pelo setor público com a finalidade de solucionar problemas ou deficiências sociais, por isso, são vistas como instrumentos a serviço de governos e, além disso, visam à manutenção do poder político. Nesse quadro, podem estar permeadas de relações conflituosas entre administradores e políticos e costumam compor os cenários onde estas políticas são discutidas.

A maioria dos pesquisados afirmaram ter conhecimentos a respeito das ações desencadeadas pelas autoridades, que visam o bem-estar dos cidadãos, ações essas relacionadas à construção e/ou manutenção das vias. Daí a necessidade de se analisar a relação entre as ações públicas e a infraestrutura estabelecida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que, no município de Barra do Garças-MT, as ações são fomentadas por meio de políticas públicas a partir da participação de representantes da sociedade civil em pareceria como o Poder Executivo Municipal.

Podemos afirmar que os programas dos governos buscam, através de planejamento, encontrar alternativas que tornem seus mercados internos mais competitivos, e a infraestrutura

relacionada aos custos de transportes, a movimentação de pessoas e produtos faz muita diferença no momento de escolha por parte de empresas investidoras e que tenham interesse em se instalar na região.

As ações governamentais buscam trazer desenvolvimento ao território, normalmente são incentivadas por diversos setores da sociedade que juntamente ao Estado estabelecem relações cooperativas e às vezes conflituosas, haja vista a diversidade de interesses inerentes a qualquer região.

Enfim, o delineamento e a definição de políticas públicas para atendimento das necessidades da região pesquisada estão alinhados às exigências da comunidade e das cadeias produtivas do município.

6 REFERÊNCIAS

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direito administrativo e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2002.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. [S. l.], 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em: 31 jan. 2022.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **CRESCIMENTO ECONÔMICO X INVESTIMENTOS SOCIAIS: A geração de riquezas e os subsídios aos mais pobres são incompatíveis ou devem caminhar juntos? Conheça a relação entre ambos e leve a discussão para a escola. Nova Escola**. [S. l.], 2016. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/1307/crescimento-economico-x-investimentos-sociais>>. Acesso em: 30 jan. 2022.

FIGUEIREDO, Antonio Manuel. **As políticas e o planejamento do desenvolvimento regional**. IN: COSTA, José da Silva; NIJKAMP, Peter (Org.). **Compêndio de Economia Regional: Teoria, Temáticas e Políticas**. v. 1. Coimbra: Principia, 2009.

GOV, Portal Brasileiro de Dados Abertos. **Desenvolvimento da Infraestrutura - Obras do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento**. [S. l.], 2019. Disponível em: <<https://dados.gov.br/dataset/obras-do-pac-programa-de-aceleracao-do-crescimento>>. Acesso em: 06 jun. 2022.

GOV, Ministério do Planejamento. **Governo lança segunda etapa do Programa de Investimento em Logística**. [S. l.], 2015. Disponível em: <<https://www.epl.gov.br/governo-lanca-segunda-etapa-do-programa-de-investimento-em-logistica>>. Acesso em: 08 jun. 2022.

GOV, Ministério da Infraestrutura. **Conheça o PNLT**. [S. l.], 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/transporte-terrestre_antigo/conheca-o-pnlt>. Acesso em: 30 jan. 2022.

GUITARRARA, Paloma. **"Globalização"; Brasil Escola**. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/globalizacao.htm>>. Acesso em: 30 jan. 2022.

LAKATOS, Eva M. MARCONI, Maria de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7º ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RIBEIRO, Hidelberto de Sousa. EXPANSÃO DA FRONTEIRA AMAZÔNICA: abertura de novos fronts agropecuários e problemas urbanos. **Abertura de novos fronts agropecuários e transformações socioespaciais nas Regiões Araguaia e Amazônica**, Barra do Garças, p. 1-33, 2017.

_____. **Geopolítica e Memória**: uma discussão do processo de desenvolvimento. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

SECCHI, Leonardo; COELHO, Fernando de Souza; PIRES, Valdemir. **Políticas públicas**: conceitos, casos práticos, questões de concursos. 3. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2019. 1 recurso online. ISBN 9788522128976.

SINFRA, Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística. **Mato Grosso é estado com maior programa de infraestrutura rodoviária em andamento**. [S. l.], [2015?]. Disponível em: <<http://www.sinfra.mt.gov.br/-/15392443-mato-grosso-e-estado-com-maior-programa-de-infraestrutura-rodoviaria-em-andamento>>. Acesso em: 09 jun. 2022.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: Uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-44. jul./dez. 2006.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. Disponível em: <http://www.fit.br/home/link/texto/politicas_publicas.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2010.

TORMES, Diego. **Accountability**: o que significa? [S. l.], 2017. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/accountability-o-que-significa/>>. Acesso em: 21 nov. 2021.